



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
65.020-910 – São Luís – MA

PROJETO “Educação de Qualidade: direito de todo maranhense”

1. DISCRIMINAÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
“Educação de Qualidade: direito de todo maranhense”	Janeiro de 2015	Dezembro de 2015
Identificação do Objeto <p>O Projeto objetiva melhorar a qualidade da educação municipal por meio de ações desenvolvidas em quatro dimensões definidas pelo MPE: educação infantil, alimentação escolar, transporte escolar e qualidade no ensino. Visando alcançar a eficiência, a eficácia e a efetividade na gestão pública, serão desenvolvidas as seguintes etapas: criação de tecnologias sociais (Sistema de Monitoramento e Avaliação - SOMA/MPE e o núcleo de políticas públicas), capacitação das equipes do Help Desk, e das comissões municipais, elaboração do diagnóstico e do Plano Municipal de Ações Educacionais, incluindo os Termos de Compromisso e Ajustamento de Conduta – TAC’s. Em seguida, o Plano Municipal de Ações Educacionais será inserido no SOMA/MPE para que possa ser orientado, monitorado e avaliado. Alguns pontos estratégicos devem ser destacados: a sustentabilidade e a replicabilidade do Projeto. Está previsto a implementação do trabalho em aproximadamente setenta municípios.</p>		

2. JUSTIFICATIVA

O IDHM do Brasil avançou nos últimos 20 anos, mas a educação segurou o desenvolvimento do país no período, segundo o IDHM 2013 (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal).

Embora o IDHM do Maranhão também tenha apresentado progresso, o indicador de educação (acesso ao conhecimento) ainda ficou abaixo dos de saúde (expectativa de vida) e de renda.

Em 2010, o Maranhão continua ocupando no ranking o segundo pior IDHM do Brasil, 0,639 e Alagoas o pior, 0,631. Apesar de ter melhorado a sua posição no ranking nacional, a dimensão educação ainda representa o menor valor (renda 0,612, saúde 0,757 e educação 0,562).

A tabela abaixo mostra os principais indicadores educacionais do Maranhão:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808

65.020-910 – São Luís – MA

Indicadores Educacionais - Maranhão 2010

Localidade	Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais	Taxa de analfabetismo - 18 anos ou mais	% pessoas com fundamental completo		% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	% de 18 a 24 anos no médio
			15 a 17 anos	18 anos ou mais		
Brasil	9.61	10.19	57.24	54.92	84.86	6.89
Maranhão	20.87	22.51	47.84	44.36	81.56	11.15

Fonte: PNUD

Observa-se que os indicadores do Maranhão estão sempre abaixo da média, ou seja, elevadas taxas de analfabetismo e de distorção idade série. Em relação às crianças, o percentual frequentando escola foi 23,55% para o Brasil e 20,33% para o Maranhão na faixa etária entre 0 a 3 anos e de 91,12% e 93,85% para a de 5 a 6 anos. Portanto, nessa última faixa etária o Maranhão supera a média nacional.

Desde 2005, o sistema de ensino brasileiro tem um indicador (IDEB) criado para medir a qualidade da educação básica no país. Os números de 2011, em uma escala de 0 a 10, a nota atribuída aos anos iniciais do ensino fundamental é 5. A meta estabelecida para 2011 era de 4,6 pontos. Também é 0,4 ponto superior ao valor verificado em 2009.

Se nos anos iniciais houve crescimento de 0,4 ponto, nos anos finais a melhora é muito pequena – a nota passou de 4 pontos em 2009 para 4,1 em 2011, conforme tabela abaixo.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Brasil

IDEB	2009	2011
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	4,6	5,0
Anos Finais do Ensino Fundamental	4,0	4,1
Ensino Médio	3,6	3,7

Fonte: INEP

No caso do ensino médio, a situação é muito grave. A meta de 3,7 pontos foi atingida, mas nove estados pioraram seu desempenho em relação a 2009. O Maranhão foi um desses estados, a evolução do ensino médio regular entre 2009 e 2011 diminuiu 0,1, passou de 3,2 para 3,1 pontos. Neste quesito o MEC estabeleceu como nota 3,7.

A situação em relação ao ensino fundamental, de 2009 para 2011, também indica um baixo desempenho dos alunos maranhenses. Os estudantes de 4ª série (anos iniciais) aumentaram suas notas de 3,9 em 2009, para 4,1. Entretanto, abaixo da meta estabelecida de cinco pontos. Em relação aos 9º anos, a nota geral maranhense de 3,6 continuou a mesma de 2009, ficando bem abaixo dos 4,1 estabelecidos pelo MEC como parâmetro.

Portanto, os desafios são enormes e não podem ser enfrentados por meio de ações isoladas e descontínuas. Dessa forma, o Projeto propõe a implementação de uma gestão



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
65.020-910 – São Luís – MA

participativa e empreendedora capaz de elaborar, implementar, monitorar e avaliar um plano de ações estratégicas, que possa alterar a estrutura administrativa, financeira e pedagógica de uma secretaria municipal de educação. Convém salientar que os TAC's firmados farão parte do Plano Municipal de Ações Educacionais.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Melhorar o acesso, a permanência, o aprendizado e a conclusão dos alunos matriculados na educação infantil e ensino fundamental em escolas públicas municipais, com ênfase em 4 dimensões: educação infantil, transporte escolar e merenda escolar e qualidade no ensino. Está previsto o trabalho em setenta municípios.

3.2 Objetivos Específicos

3.2.1 Implementar as tecnologias sociais

Resultados esperados: SOMA/MPE implementado e funcionando. Atividades necessárias:

- Desenvolvimento do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação – SOMA/MPE.
 - Elaborar a proposta do modelo;
- Apresentar a proposta ao MPE e, se aprovada, enviar a empresa responsável pela modelagem do banco de dados e desenvolvimento do sistema;
 - Adequar, desenvolver e disponibilizar o SOMA/MPE na internet.
- Suporte técnico
 - Suporte técnico e manutenção do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação-SOMA/MPE;
 - Hospedagem, *Backup* e Suporte Básico.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
65.020-910 – São Luís – MA

3.2.2 Capacitação das equipes técnicas do MPE, do *Help Desk* e das Comissões Municipais

Resultados esperados: equipes capacitadas e motivadas. Atividades necessárias:

- Capacitação das equipes técnicas do MPE e do *Help Desk*;
- Capacitação das comissões municipais sobre o uso do SOMA, elaboração do diagnóstico e do Plano Municipal de Ações Educacionais. Essas comissões municipais poderão ser coordenadas pelo prefeito, secretário municipal de educação, técnicos de órgãos municipais e conselhos municipais e outras entidades representativas;
- Locais: uma capacitação será realizada em dois polos no primeiro semestre de 2014 e uma visita técnica em dois polo no segundo semestre de 2014.

3.2.3 Elaboração do Diagnóstico e do Plano Municipal de Ações Educacionais. Resultados esperados: diagnóstico e plano municipais elaborados. Atividades necessárias:

- Levantamento de informações socioeconômicas e demográficas de cada município para a compreensão do cenário;
- Inclusão no diagnóstico dos problemas priorizados nos encontros regionais de educação do Ministério Público Estadual e dos identificados pela comunidade pelo método da estimativa rápida;
- Identificar as causas e consequências de cada um dos problemas cruciais;
- Incluir as ações constantes nos TERMOS DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA e definir outras ações necessárias para a solução de cada causa apontada e, portanto, do referido problema (representado por um indicador). Desse modo, o diagnóstico diferencial não se esgota em si mesmo. É o ponto de partida para a elaboração do Plano Municipal de Ações Educacionais;

3.2.4 Implementação do Plano Municipal de Ações Educacionais: inserção no SOMA/MPE, orientação, monitoramento e avaliação do Plano.

Resultados esperados: plano municipal monitorado e avaliado. Atividades necessárias:

- uso do SOMA;
- Orientar a elaboração e inserção de planos municipais no SOMA;
- Avaliar os planos municipais, se necessário, orientar alterações;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
65.020-910 – São Luís – MA

- monitorar a execução dos planos municipais e contatar os municípios que não estão cumprindo os prazos (mensal e contínuo);
- disponibilizar essas informações para parceiros e comunidade em geral (transparência);
- Disponibilizar informações necessárias para a avaliação do MPE;

3. 2.5 Ações de Fortalecimento do Projeto.

Resultados esperados: mostra regional realizada e o projeto de núcleo de políticas públicas elaborado. Atividades necessárias:

- Experiências exitosas
- Orientar e estimular a implementação de novas experiências;
- Realizar uma mostra regional de experiências exitosas originadas de situações vividas no desenvolvimento Projeto.
- Núcleo de Políticas Públicas
- Estimular e orientar a comissão municipal para implementar o Núcleo de Políticas Públicas Educacionais;
- Orientar a elaboração do projeto do Núcleo de Políticas Públicas Educacionais.

4. METODOLOGIA

Propõe-se inicialmente a criação de uma estação de trabalho voltada para a implementação e o desenvolvimento das atividades contempladas no Projeto, envolvendo uma Plataforma de Orientação, Monitoramento e Gestão Estratégica, que compreende o Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação – SOMA/MPE, e uma gestão caracterizada pela eficiência e eficácia, que garantam a qualidade nos trabalhos, a sustentabilidade do Projeto e a efetividade das políticas públicas educacionais.

4.1. Plataforma de Orientação, Monitoramento e Gestão Estratégica do Projeto

4.1.1. Usuários: MPE, EFG, comissões municipais, parceiros e comunidade em geral. Cada usuário, dependendo do seu tipo de trabalho, terá um nível de acesso aos sistemas.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
65.020-910 – São Luís – MA

4.1.2. Tecnologias Sociais: a proposta se refere a modelagem de banco de dados e desenvolvimento do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação (SOMA/MPE) dos Municípios Participantes do Projeto.

- **Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação- SOMA/MPE dos processos do Projeto:** o sistema tem o objetivo de cadastrar, conforme metodologia do Projeto, os processos de execução de modo a permitir a orientação, o monitoramento e a avaliação das etapas de execução das dimensões educação infantil, alimentação escolar, transporte escolar e qualidade do ensino, ao longo do período do Projeto.

4.2. Help Desk/ MTE/EFG

O *Help Desk* é formado por uma equipe capacitada e experiente capaz de orientar e assessorar tecnicamente os municípios na implementação do Projeto, dentro dos prazos previstos e com qualidade. O uso das tecnologias referidas anteriormente garante a melhor forma de assistência técnica, que inclui também a utilização dos meios de comunicação: telefonia, e-mail, skype e sms. Na fase prática, o Help Desk/MPE/EFG, com o apoio do SOMA, orientará todo processo de elaboração dos Planos de Ações, que posteriormente serão inseridos no SOMA. Para isso, será disponibilizado um passo a passo para produzir e executar o Plano e, ainda, será oferecido um serviço de tira-dúvidas, que será facilitado porque tanto o Help Desk como os municípios estarão olhando a mesma tela do computador. Na fase de execução do Plano serão monitorados os prazos e as metas de cada ação. Observa-se, portanto, que a ferramenta SOMA também atende outras finalidades: mobilização e participação da comunidade na gestão estratégica, transparência e sustentabilidade.

A equipe do *Help Desk* será coordenada pelo MPE e pela EFG. O local físico de funcionamento do *Help Desk* será nas dependências da EFG, que disponibilizará uma sala, computadores, linhas telefônicas e internet, material de consumo e demais bens e serviços.

4.3. Diagnóstico Diferencial e o Plano Municipal de Ação da Educação

Parte-se do ponto de vista que as condições socioeconômicas e ambientais de um município formam um sistema complexo, em que cada elemento de um dos subsistemas influencia ou é influenciado por outros elementos de outros subsistemas. Ainda, cada localidade tem suas especificidades e seus meios para resolver um problema, que nem sempre tem as mesmas causas de outras localidades. Assim, para a realização do diagnóstico serão utilizados dados secundários (informações socioeconômicas e demográficas de cada município para a compreensão do cenário), informações dos encontros regionais promovidos pelo MPE e utilização do método da estimativa rápida, que envolve a população na identificação de seus problemas e necessidades, para fundamentar a elaboração do diagnóstico e do Plano Municipal de Ação da Educação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
65.020-910 – São Luís – MA

Identificados os problemas cruciais e suas consequências, definem-se as causas que explicam o comportamento de cada problema. Em seguida, são decididas as ações necessárias para a solução de cada causa apontada e, portanto, do referido problema (representado por um indicador). Serão priorizadas as ações incluídas nos Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC's. Desse modo, o diagnóstico diferencial não se esgota em si mesmo. É o ponto de partida para a elaboração do Plano Municipal de Ação da Educação. Deve-se mencionar que todas as etapas ligadas ao diagnóstico diferencial e ao plano municipal de ação serão registradas e alimentadas no SOMA/MPE, permitindo o monitoramento e a avaliação das ações programadas.

Em relação ao Plano Municipal de Ações Educacionais, um aspecto muito relevante deve ser destacado, ou seja, a necessidade de ser incorporado ao Plano Plurianual Municipal. Nesse sentido, o Plano Municipal de Ação contém todos os itens necessário para ser incluído nas alterações do PPAM de 2014.

4.3. Elaboração, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Ações da Educação

- Capacitação das comissões municipais sobre políticas públicas educacionais, técnicas de elaboração do diagnóstico e do Plano Municipal de Ação;
- Capacitação das comissões municipais sobre o uso do SOMA;
- Execução do Projeto - nessa etapa os seguintes trabalhos serão realizados: planos municipais elaborados, inseridos no SOMA , monitorados e avaliados; comissões municipais habilitadas por intermédio de capacitações em serviço.

4.4. Elaboração do Projeto do Núcleo de Políticas Públicas Educacionais

As comissões municipais, ao final do projeto, estarão habilitadas para orientar a gestão de políticas educacionais de forma participativa e empreendedora. Dessa forma, essas comissões serão estimuladas e orientadas para criar o Núcleo de Políticas Públicas Educacionais.

4.5. Experiências exitosas e novos conhecimentos gerados

Serão desenvolvidas atividades que estimulem e orientem a implementação de experiências exitosas e novos conhecimentos possam ser gerados. Essas experiências permitirão a realização de uma mostra regional de experiências exitosas originadas de situações vividas no



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
65.020-910 – São Luís – MA

desenvolvimento Projeto.

5. ESTRATÉGIAS

Os elementos que contribuem para a qualidade e legitimidade das ações pretendidas, para sua articulação com outras transformações e para sua permanência são:

5.1 Sustentabilidade do Projeto “Educação de Qualidade: direito de todo maranhense”

A efetividade do Projeto dependerá de ações contínuas e articuladas de curto e médio prazo, ou seja, de sua sustentabilidade. Entende-se a sustentabilidade como um conjunto de forças, relações, conhecimentos, tecnologias sociais e recursos que contribuam para a continuidade dos trabalhos após o encerramento deste Projeto. Em outras palavras, uma educação de qualidade precisa ser conquistada progressivamente e continuamente, por meio de:

- Participação de órgãos municipais, conselhos e da comunidade: em todos os processos do Projeto, desde o planejamento até a avaliação, integrando a Comissão Municipal ou participando de reuniões e fóruns;
- Parcerias: são essenciais para lidar com a complexidade do setor educacional. Essas parcerias podem ser interna e externa em relação ao município.
 - Interna: conselhos municipais, prefeitura, empresas, entidades públicas e não governamentais, e associações;
 - Externa: governos estadual e federal, empresas, instituições de ensino superior, entidades não governamentais;
- Comissão Municipal e o Núcleo de Políticas Públicas Educacionais: a Comissão é a responsável pela implementação do Projeto no Município. Após a sua finalização essa comissão poderá criar o Núcleo de Políticas Públicas para prestar serviços às entidades não governamentais, conselhos municipais e órgãos municipais. Acrescente-se, que cada participante da comissão poderá multiplicar seus conhecimentos em suas organizações de origem.
- Articulação com as Políticas Públicas Municipais: inicialmente as ações propostas fazem parte do Plano Municipal de Ações Educacionais, posteriormente poderão ser incorporadas ao PPAM, no período de sua revisão. Além disso, as ações do PPAM poderão ser monitoradas e avaliadas, procedimentos que poucos estados e municípios utilizam, porque em geral é um documento técnico orçamentário. Observa-se, portanto, que essa metodologia também poderá



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
65.020-910 – São Luís – MA

ser utilizada para elaboração, execução e monitoramento do PPAM, que deixará de ser apenas um documento obrigatório e orçamentário para se transformar efetivamente em um plano de desenvolvimento de médio prazo. Consequentemente, poderá ser o início de uma gestão pública por resultados com a utilização de um instrumento de transparência da administração municipal, que mostrará à população os produtos e serviços que serão oferecidos, conforme as metas previstas.

5.2. O Papel das Tecnologias Sociais na Articulação e Interação com as Políticas Públicas Municipais

O desenvolvimento dessas etapas, articuladas e realizadas com eficiência e eficácia, produzirá as condições necessárias para a sustentabilidade, em função do fortalecimento das parcerias previstas no Projeto (conselhos municipais, prefeitura, empresas, entidades públicas e não governamentais, governo estadual e federal, instituições de ensino superior) e das comissões municipais, assegurando a efetividade com a inclusão do Plano Municipal de Ações Educacionais no Plano Plurianual Municipal – PPAM, ou seja, melhorando a qualidade da educação no município.

Convém ressaltar a importância das tecnologias sociais no Projeto. A utilização do SOMA/MPE e a criação do Núcleo de Políticas são instrumentos indispensáveis para a sustentabilidade do Projeto, pois garantem a disponibilização do Plano Municipal de Ações Educacionais na internet, a formação de um grupo técnico capacitado e a participação de organizações sociais e da comunidade em geral em todo processo de planejamento e execução dos trabalhos. Dessa forma, as mudanças na gestão municipal não interferem na continuidade do Projeto.

5.3. Replicabilidade

Outro aspecto importante do Projeto é a sua replicabilidade em outros municípios. Os principais elementos que favorecem a adaptação e reprodução do projeto em outras áreas ou contextos são:

- Financeiros: previsão orçamentária no PPAM do Plano Municipal de Ações Educacionais;
- Técnicos: criação das tecnologias sociais e do Núcleo de Políticas Públicas, capacitação e formação de equipes, e transferência de competências de gestão participativa e empreendedora para outras organizações;
- Políticos: parcerias, articulação com políticas públicas municipal, inserção em redes sociais e de divulgação
-



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
65.020-910 – São Luís – MA

6. EQUIPE DE TRABALHO DA EFG E DO MPE

- Coordenação: MPE e EFG
- Técnicos: 03 profissionais capacitados e experientes;
- Consultores: contratados segundo as necessidades do Projeto;
- Estagiários: 02 estudantes a serem contratados pelo MPE.

7. CRONOGRAMA DE AÇÕES



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO
 Rua Osvaldo Cruz, 1396, Centro – Fone (98) 3219-1808
 65.020-910 – São Luís – MA

CRONOGRAMA DO PROJETO														
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ACÇÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Implementar as tecnologias sociais	i. Desenvolvimento do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação – SOMA/MPE: ✓ elaborar a proposta do modelo;													
	✓ apresentar a proposta ao MPE e, se aprovada, enviar a empresa responsável pela modelagem do banco de dados e desenvolvimento do sistema;	x												
	✓ adequar, desenvolver e disponibilizar o SOMA/MPE na internet.		x	x	x									
	ii. Suporte técnico ✓ suporte técnico e manutenção do Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação- SOMA/MPE; ✓ hospedagem Backup e Suporte Básico.					x	x	x	x	x	x	x	x	x
Capacitação das equipes técnicas do MPE, do Help Desk e das Comissões Municipais	✓ capacitação das equipes técnicas do MPE e do Help Desk; ✓ capacitação das comissões municipais sobre o uso do SOMA, elaboração do diagnóstico e do Plano Municipal de Ações Educacionais; ✓ visita técnica;	x												
Elaboração do Diagnóstico e do Plano Municipal de Ações Educacionais	✓ levantamento de informações socioeconômicas e demográficas de cada município para a compreensão do cenário;	x	x	x										
	✓ inclusão no diagnóstico dos problemas priorizados nos encontros regionais de educação do Ministério Público Estadual e dos identificados pela comunidade pelo método da estimativa rápida;			x	x									
	✓ identificar as causas e consequências de cada um dos problemas cruciais;			x	x									
	✓ incluir as ações constantes nos TERMOS DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA e definir outras ações necessárias para a solução de cada causa apontada e, portanto, do referido problema (representado por um indicador). Desse modo, o diagnóstico diferencial não se esgota em si mesmo. É o ponto de partida para a elaboração do Plano Municipal de Ações Educacionais.					x								
Implementação do Plano Municipal de Ações Educacionais: inserção no SOMA/MPE, orientação, monitoramento e avaliação do Plano	i. uso do SOMA: ✓ orientar a elaboração e inserção de planos municipais no SOMA; ✓ avaliar os planos municipais, se necessário, orientar alterações; ✓ monitorar a execução dos planos municipais e contatar os municípios que não estão cumprindo os prazos (mensal e contínuo); ✓ disponibilizar essas informações para parceiros e comunidade em geral (transparência); ✓ disponibilizar informações necessárias para a avaliação do MPE;				x	x								
Ações de Fortalecimento do Projeto	i. experiências exitosas ✓ orientar e estimular a implementação de novas experiências; ✓ realizar uma mostra regional de experiências exitosas originadas de situações vividas no desenvolvimento Projeto.											x	x	x
	ii. Núcleo de Políticas Públicas ✓ estimular e orientar a comissão municipal para implementar o Núcleo de Políticas Públicas Educacionais; ✓ orientar a elaboração do projeto do Núcleo de Políticas Públicas Educacionais.													x
														x
														x